

MOÇAMBIQUE: 30 ANOS DE INDEPENDÊNCIA

Felizardo Bouene*

1. Introdução

Em primeiro lugar, procuro neste artigo inserir Moçambique no contexto da realidade africana geral, na altura da partilha de África. Explico as razões da dominação da África e a resistência ao domínio estrangeiro.

Em seguida, destaco os dois traços marcantes do início da independência: o desmantelamento do Estado colonial e a simultânea criação do poder político baseado na doutrina marxista-leninista, erguendo do nada e rejeitando o *modus vivendi* da sociedade tradicional, um novo Estado.

Foco depois o problema da guerra civil, o acordo de Nkomati e a viragem política operada no quinto congresso da FRELIMO com o abandono do marxismo-leninismo e a adopção da democracia multi-partidária e da economia de mercado.

Finalmente, realço o período da reconciliação nacional, nomeadamente a assinatura do Acordo Geral de Paz e as suas consequências políticas e económicas.

* Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto.

2. A dominação colonial de África e de Moçambique

No princípio da década de 1880, o quadro político da África banta é caracterizado pelo domínio dos Africanos, com a excepção de alguns territórios situados na orla marítima e das colónias britânicas do Cabo e do Natal. Vinte anos depois, encontramos uma situação política radicalmente diferente: poucos são os territórios dominados pelos africanos, dado que a maior parte foi dividida pela Grã-Bretanha, Alemanha, França, Bélgica, Portugal e Itália. De um momento para o outro, as relações comerciais deixavam de se operar numa base de igualdade política, de Estado para Estado, para uma base de desigualdade. Por que razão as potências europeias conseguiram conquistar a África?

Em primeiro lugar, foi através do conhecimento. Os missionários, no seu múnus evangelizador, puderam, desde séculos, contactar com os povos africanos e estudar a sua filosofia de vida. Ora, este conhecimento foi útil para as potências europeias, porque lhes permitiu elaborar planos para actuar junto dos Negros. No domínio do conhecimento, foi ainda importante a acção dos exploradores, que estudaram o terreno, a economia e a estrutura da sociedade africana na sua múltipla dimensão.

Outra razão que explica o êxito da conquista europeia, foi o avanço da medicina, sobretudo a descoberta do quinino, cujo uso debelou muitas doenças africanas. A África, portanto, deixou de ser um território tão temível para os Europeus.

Em terceiro lugar, a África, nesta época, está envolvida em guerras intestinas, quer entre Estados, quer no interior dos Estados.¹ A Europa, pelo contrário, atravessa, não obstante várias situações de tensão, um período sem hostilidades.

¹ Como ilustração, refiram-se os conflitos entre Achanty e Fanti, ou entre Baganda e Banyoro. Veja-se a propósito, Boahen, A. Adu (direcção de), *Histoire Générale de l'Afrique*, vol. VIII, UNESCO, Paris, 1989, pág. 54.

A Revolução Industrial perfilou-se também como um factor de avanço da Europa em relação à África. Por um lado, possibilitou a fabricação em série de bens manufacturados, bens esses que eram comercializados numa relação de troca geralmente favorável à Europa.² Por outro lado, gerou uma divisão internacional do trabalho que reservou para a África o menor papel de fornecedor de matérias-primas, sua principal riqueza, sem voz activa na definição da política económica internacional.

O factor militar, foi de todos, o mais preponderante. Com efeito, a Europa possuía uma enorme superioridade bélica. Tinha exércitos profissionais de homens treinados, mercenários que recrutava quando necessário, arsenal militar mais moderno; peças de artilharia, espingardas, metralhadoras e até veículos motorizados na fase final das campanhas. A situação africana era justamente a antítese; os homens para o combate eram recrutados circunstancialmente; grande parte das armas eram obsoletas, tanto as tradicionais bantas como as que haviam sido vendidas pelos europeus.

A luta era, enfim, desigual. A Europa não teve, conseqüentemente, grandes dificuldades em dominar a África em termos militares.

A materialização da derrota africana traduziu-se na partilha e posse efectiva dos territórios africanos, de acordo com a Conferência de Berlim.³

² Segundo dados do economista argentino Raul Prebisch, citado por A. J. Avelãs Nunes, *fazendo igual a 100 a quantidade de produtos industriais que podiam obter-se em 1876-1880 com uma determinada quantidade de bens primários, o índice baixou para 84,6 no período de 1901-1905, para 67,3 no período de 1921-1925, para 64,1 no período de 1936-1938, e para 58,7 em 1946-1947*. Vide A. J. Avelãs, *Teoria Económica e Desenvolvimento Económico*, Caminho, Lisboa, 1988, pág. 164. Na página seguinte da obra do autor que estamos a citar, verificamos que a causa da deterioração dos termos de troca reside na diferente estrutura da oferta e da procura dos produtos industriais (produzidos no centro) e dos bens primários (produzidos na periferia).

³ Esta Conferência foi convocada por Bismarck, com o objectivo de tentar harmonizar os interesses das potências europeias em África, tendo tido início em 15 de Novembro de 1884. Além da Alemanha, estiveram presentes na Conferência a Áustria, Hungria, França, Grã-Bretanha, Itália, Países Baixos, Portugal, Rússia, Suécia, Noruega e Turquia. vide A. Da Silva Rego, *O Ultramar Português no século XIX, 1834/1910*, ed. Lisboa, pág. 205

É assim que Moçambique se torna uma colónia portuguesa, após dura resistência. A título de exemplo, refira-se que quando António Enes pretende ocupar o Império de Gaza, encontra pela frente o exército de Gungunhana, que defronta os Portugueses nas batalhas de Magule, Coolela e Mafucue, entre outras. Algumas vitórias alcançadas pelas tropas de Gungunhana, comandadas pelo induna Maguiguane⁴ fizeram por momentos crer ao povo, que seria possível resistir ao domínio português. Na batalha de Macontene, Maguiguane foi derrotado, ficando aí momentaneamente enterrado o sonho de resistência.

Seguiu-se a fase da administração colonial.

Pode-se discernir essencialmente um duplo modelo de colonização: um de cunho latino; outro, de cunho britânico e germânico. Este é um governo indirecto⁵, que reserva um espaço de jurisdição e de autonomia política para os chefes tradicionais bantos.

O modelo latino é caracterizado pela ideia de assimilação, ou seja, a concessão paulatina aos autóctones dos direitos da potência colonizadora, bem na linha da tradição dos Romanos a quem não repugnava a atribuição do estatuto de “*cives romanus*” aos povos conquistados. Quer isto dizer que o direito da potência colonial vigorava uniformemente em todas as colónias, sem distinção da especificidade de cada território.

O poder colonial pretendia que os Moçambicanos renunciassem à sua identidade cultural, aos seus costumes, às duas instituições tradicionais e abraçassem a cultura de Portugal e o seu modo de vida, que apregoava serem símbolos de civilização. Compreende-se, portanto, que o Ministério das Colónias afirme que *entre as nossas maiores*

⁴ No exército de Gungunhana, induna era comandante de uma força equivalente a batalhão. Maguiguane era comandante e chefe de todo o exército, que teria cerca de 15.000 homens, dos quais 2.000 equipados com espingardas. Sobre este assunto, vide Frelimo, *História de Moçambique*, Porto: Afrontamento, s/d, pág. 69.

⁵ Para designar este governo está vulgarizada a expressão *indirect rule*. Neste sistema os Britânicos e os Alemães governavam indirectamente por intermédio dos chefes tradicionais, sobretudo nas unidades políticas maiores, já que nas de menor dimensão os métodos do governo inglês e alemão aproximavam-se do latino.

necessidades políticas, morais e económicas de potência colonial sobressai a de se nacionalizarem e civilizarem esses milhões de seres humanos, em relação aos quais os nossos deveres de soberania não ficam em plano inferior aos dos nossos direitos. É absolutamente preciso. É absolutamente preciso chamá-las da barbárie e da selvajaria em que se encontram em grande parte para um estado social progressivo em que elas tenham cada vez mais as vantagens morais e materiais da família bem constituída (...)⁶.

3. A nova resistência e a Independência

A resposta às quotidianas violências psicológicas e físicas foi a organização da resistência em novos moldes e a luta pela independência do país.

A Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), fundada em 1962, inicia a luta armada dois anos depois, libertando várias áreas do domínio português, onde desenvolve um modelo de organização política, baseado no centralismo democrático.

A independência de Moçambique, ocorrida em 25 de Junho de 1975, trouxe profundas mudanças políticas na sociedade em geral.

A primeira preocupação do poder da FRELIMO após a proclamação da independência foi adoptar o modelo de organização posto em prática durante a luta de libertação. Mas que pretendia a FRELIMO quando lutava contra o poder colonial? Almejava essencialmente várias coisas em simultâneo: restituir a soberania aos Moçambicanos, construir um Estado sob os escombros da divisão étnica e edificar um Estado marxista-leninista sob as ruínas do estado colonial.

O governo da FRELIMO entendeu que era necessário efectuar a transformação das estruturas do poder colonial, convertendo-as em instrumentos ao serviço dos camponeses e operários. Se a destruição

⁶ Decreto-Lei n.º 39666. Diário do Governo. 1ª Série, n.º 110 (84-05-20).

do aparelho colonial tinha toda a lógica face a uma nova realidade política, o pôr entre parênteses os valores tradicionais vai revelar-se pouco avisado e de consequências nefastas para o governo e para a sociedade. Para o governo, porque a sua base de apoio vai diminuir, e para a sociedade, porque as comunidades perderam o seu equilíbrio psicológico.

Os Estados africanos, tanto os que trilharam a via de organização ocidental, como os que preferiram perfilhar o modelo marxista-leninista, ao não valorizarem a herança cultural dos seus povos, criaram focos de conflitos absolutamente previsíveis. Na verdade, os Bantos não perdem de um momento para o outro as suas características intrínsecas com a inserção num mundo globalizado. Perseguem sempre o equilíbrio: equilíbrio ecológico e equilíbrio das relações humanas, necessários para a sobrevivência material e espiritual, o que pressupõe padrões de comportamento. Os indivíduos podem gozar de direitos, desde que cumpram os seus deveres com a comunidade (DAVIDSON 1981, pág. 6) O equilíbrio almejado é mantido pela sociedade banta ao longo do tempo e assenta na harmonia com a terra e com os antepassados. Há uma relação permanente entre os vivos e os mortos da mesma linhagem, caracterizada através de cerimónias religiosas.

Em Julho de 1975, na primeira sessão do Conselho de Ministros, o governo *decidiu a extinção das regedorias, estruturas que pela sua natureza feudal e pela colaboração que prestaram ao colonialismo são incompatíveis com o poder popular.*⁷

De um só golpe eram amputadas as chefias das sociedades tradicionais, sem uma separação do trigo e do joio, e, sem uma análise cuidada do problema para se ter conhecimento do que eram realmente as regedorias.

O passo seguinte foi a instauração das aldeias comunais, o que, de acordo com o modelo socialista, iria facilitar a produção colectiva desestruturando simultaneamente a organização tradicional das popu-

⁷ A Principal Legislação promulgada pelo Governo da República Popular de Moçambique. Lourenço Marques: Imprensa Nacional, 1975

lações; estas, ao serem obrigadas a abandonar as suas casas, perdiam os seus símbolos, como os locais de homenagem aos antepassados. Aquilo que era propalado como feudalismo e obscurantismo tinha um significado importante para o equilíbrio psicológico e social das populações. As autoridades tradicionais continuavam a ser consultadas e as cerimónias tradicionais realizavam-se clandestinamente. Os Grupos Dinamizadores, entretanto criados, não podiam substituir, por falta de legitimidade aos olhos das populações, as autoridades tradicionais. O descontentamento do povo será capitalizado pela Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO).

4. O desmantelamento do Estado Colonial, a criação de bases para a formação do Estado Socialista e a eclosão da guerra civil

A herança do colonialismo foi pesada, sobretudo nos domínios da saúde e da educação. Em 1974, havia um médico por cada 17.349 habitantes e mais de metade dos profissionais de saúde encontravam-se na cidade capital, então Lourenço Marques; no domínio do ensino, a taxa de analfabetismo era de 93%, havia 3.800 estudantes universitários, dos quais apenas 40 negros.⁸ A administração do território, a estrutura económica e social do país, gizadas para alcançar os objetivos do poder colonial e completamente dominadas pelos Europeus já não se adequavam à nova realidade política do Estado moçambicano.

A realização do III Congresso da FRELIMO foi determinante para a construção dos alicerces do novo Estado. A Resolução n.º 15/77 de 23 de Dezembro afirma que *a eleição das Assembleias do Povo em todos os escalões constitui um passo decisivo na implementação das decisões do III Congresso da FRELIMO e forjou novas condições objectivas e subjectivas na construção da nova sociedade e da edificação do Estado Democrático Popular.*⁹ Não se tratava apenas de substituir o Estado colonial por outro dirigido pelos autóctones, como ocorreu em muitas colónias africanas, mas sim de um Estado à imagem das instituições

⁸ Cadernos do Terceiro Mundo, Abril de 1984, Ano VII, n.º 65, pág. 29

⁹ Principal Legislação promulgada pelo governo da República Popular de Moçambique, Vol. V, Imprensa Nacional de Moçambique, Resolução n.º 15177, pág. 289

vigentes nas zonas libertadas durante a guerra e segundo o modelo das democracias populares dos países de Leste da Europa. Conscientemente, pretendia-se vincar a diferença em relação aos outros Estados africanos, porque acreditava-se ser possível moldar uma sociedade diferente, livre das amarras do colonialismo e daquilo que se acreditava ser o feudalismo. O Comité Central da FRELIMO e a Assembleia Popular de Moçambique, numa exortação conjunta, chegaram a afirmar que *já não são os feudais, os régulos(...) quem escolhe os dirigentes do Povo*.¹⁰ Era o socialismo científico, que sem cuidar da avaliação da realidade social e ancestral do Moçambicano, procurava edificar do nada um modelo estatal centralizador. A Resolução n.º 15/77 é clara quanto à sede onde reside o poder. Nela se afirma o *princípio segundo o qual o Conselho de Ministros é o órgão central de direcção do Estado com funções de execução, decisão e controlo ao nível nacional (...) com base nas Leis e Resoluções da Assembleia Popular, e da respectiva Comissão Permanente nas decisões do Presidente da República*.¹¹ O modus operandi do centralismo democrático atinge não apenas o partido, mas o próprio aparelho de Estado; os dirigentes das instituições intermédias, das Províncias às Aldeias comunais, respondem perante o Presidente e o Conselho de Ministros. Era a assunção clara, em sede da organização do poder estatal, da doutrina do marxismo-leninismo. Representando o mundo rural cerca de 80% dos habitantes do país, a criação das Aldeias Comunais tornava-se vital para o incremento da produção agrícola e para o reagrupamento dos serviços e das infra-estruturas do campo. (ENDERS, 1977 pág. 117) As Aldeias Comunais onde imperavam os grupos dinamizadores, eram considerados pelo governo a coluna vertebral do desenvolvimento do campo.¹²

Nesta fase ainda assistimos à implementação da política por objectivos, como a ofensiva da produção (1976), a luta contra a corrupção (1981) e a operação produção (1983), que considerava a agricultura como centro a merecer a atenção de todos os Moçambicanos. (ENDERS 1977, pág. 117)

¹⁰ Idem, Exortação, pág. 748

¹¹ Principal Legislação, op. Cit., Resolução n.º 15/77, pág. 290

¹² Principal Legislação, op. Cit., Resolução n.º 10/77, pág. 285

No quadro geopolítico e no campo das tradições africanas o governo da FRELIMO encontra forte oposição. Externamente, porque a Rodésia de Yan Smith e a África do Sul do *apartheid* se sentem ameaçadas com a implementação de um regime marxista, situado nas antípodas da sua visão do mundo; internamente, porque as populações, não podendo cumprir os ritos tradicionais, carecem de um esteio de equilíbrio, e as autoridades tradicionais, consideradas feudais, ficam perplexas e ofendidas com as medidas do governo.

Criados os condimentos, assistimos ao eclodir da guerra civil a partir de 1977.

Os serviços secretos rodesianos haviam criado a Resistência Nacional de Moçambique (RENAMO) com um duplo objectivo: destabilizar o governo da FRELIMO e criar empecilho à actuação da ZANU, movimento de guerrilha a favor da independência autêntica da Rodésia, diferente da proclamada unilateralmente pelos colonos em 1965, sob a direcção de Yan Smith. A ZANU tinha liberdade de movimentos em Moçambique.

Nos seus ataques, a RENAMO tinha como alvo os bens económicos, escolas, hospitais, vias de comunicação e tudo o que representasse o Estado moçambicano; as populações foram severamente punidas, maltratadas, raptadas, seviciadas e mortas para pretensamente mostrar que o governo da FRELIMO era incapaz de lhes oferecer segurança.

A RENAMO, que, após a subida ao poder da ZANU no Zimbabwe (antiga Rodésia do Sul) se locupletou com os apoios da África do Sul do *apartheid*, não era verdadeiramente uma força política, porque não tinha um programa político. Nem isto, era uma preocupação sua. Na verdade, *o presidente da RENAMO Afonso Dhlakama (...) diz que o seu objectivo com a guerra não é a vitória, mas sim transformações na sociedade moçambicana* (ABRAHAMSSON, e NILSSON 1988, pág. 162) O apoio militar e financeiro do governo sul-africano seria suficiente, na opinião dos líderes da RENAMO. Como estes não acautelaram o futuro, que ditou a necessidade de transformar o movimento em partido político, concorrendo às eleições, as famílias e as aldeias destroçadas

durante a guerra civil, fizeram questão de mostrar nas urnas que há limites a ter em conta na luta política; como veremos mais adiante, a RENAMO não ganhou nenhuma eleição legislativa ou presidencial até hoje.

A África do Sul encarregou-se também de sabotar directamente a economia moçambicana, diminuindo o tráfego ferro-portuário, não cumprindo integralmente os acordos sobre os trabalhadores das minas a partir de 1978 e fazendo incursões directas no solo moçambicano, deixando um rol de destruições, sob pretexto de que Moçambique albergava elementos do Congresso Nacional Africano (ANC). A Comissão Nacional do Plano fez a seguinte avaliação dos prejuízos directos sofridos pela acção de grupos apoiados pelo governo sul-africano: de 1982 a Agosto de 1983 as perdas em dólares dos Estados Unidos foram de 334 milhões; a sabotagem provocou a destruição de 400 casas comerciais em 1982 e 500 no ano seguinte; cerca de 500 escolas ficaram inactivas, afectando 90 mil alunos e perto de 140 aldeias foram derrubadas.¹³ Não foram tidos em conta, por serem difíceis de avaliar, os prejuízos indirectos.

Apesar das dificuldades, não esmoreceu o empenho para continuar na senda do desenvolvimento, que deveria chegar ao campo, onde se encontrava a esmagadora maioria da população. No tempo colonial o mercado de alimentos beneficiava poucos, beneficiava sobretudo os colonos. Tornava-se preciso, que todos fossem abrangidos. Os desequilíbrios tornaram-se evidentes, porque já não havia a repressão colonial para esconder a fome. É neste quadro que, em 1983, o IV Congresso da FRELIMO elege a produção agrícola como prioritária para o auto-abastecimento das famílias. Esta política visava valorizar o homem do campo e estancar a especulação dos bens alimentícios.

5. O Acordo de Nkomati e a viragem política

Nas relações internacionais, a via diplomática é um dos meios usados para solucionar problemas com que se defrontam os Estados.

¹³ Cadernos do Terceiro Mundo, op. Cit., pág. 32

A África do Sul, cansada dos conflitos com Angola, Lesoto e Zimbabwe e pressionada pelo peso dos problemas económicos, não descartou a possibilidade de negociar a paz com Moçambique. 16 de Março de 1984 é o dia escolhido por Samora Moisés Machel, presidente da República Popular de Moçambique e Pieter Willem Botha, Primeiro Ministro da República da África do Sul, para assinar o Acordo de Nkomati, que valoriza o respeito da soberania nacional, apela à não ingerência nos assuntos internos de cada Estado e elege o uso de meios pacíficos para a resolução de divergências. O artigo três, ponto 1, do Acordo de Não Agressão e Boa Vizinhança entre o Governo da Republica Popular de Moçambique e o Governo Republica da África do Sul é elucidativo quanto ao propósito dos dois governos. Reza o seguinte: *As Altas Partes Contratantes não permitirão que os respectivos territórios, águas territoriais ou espaço aéreo sejam utilizados como base, ponto de passagem ou de qualquer outra forma por outro Estado, Governo, forças militares estrangeiras, organizações ou indivíduos que planeiam ou se preparem para levar a cabo actos de violência, terrorismo ou agressão contra a integridade territorial ou independência política da outra, ou que possam ameaçar a segurança dos seus habitantes.*¹⁴

Pacta sunt servanda, foi o que pensou o governo moçambicano quando assinou o acordo que, a ser cumprido, permitiria, a recuperação económica do país. O que se verificou em termos práticos foi a continuação da guerra civil, com a África do Sul a lavar as mãos como Pilatos, negando o envolvimento no apoio à RENAMO. Foi necessário repensar a política, de molde a conseguir mais apoios financeiros para suprimir carências, nomeadamente junto das organizações internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (F.M.I.) e o Banco Mundial. A situação internacional e a correlação de forças das principais potências políticas do Mundo aconselhavam mudanças.

É neste contexto que Moçambique inicia a viragem política a partir do V Congresso da FRELIMO, em 1989, O Partido põe de lado as referências ao marxismo-leninismo e abraça o modelo político do socialismo democrático.¹⁵

¹⁴ Acordo Nkomati, Republica Popular de Moçambique, 1984.

¹⁵ L'Afrique Politique – *Islams D'Afrique: Entre le Local et le Global*. Paris: Karthala, 2002.

A Organização do Estado sofre profundas mudanças, a economia de mercado toma claramente o lugar da economia planificada e o Estado adopta uma nova constituição em 1990.¹⁶

Há um esforço de conciliação com as forças descontentes com o governo: os grupos religiosos, o empresariado e os camponeses pobres que arcaram com as dificuldades. O que facilitou o entendimento das populações foi o esforço do Governo da FRELIMO para devolver a dignidade aos Moçambicanos no domínio político e económico, apesar de alguns erros estratégicos, como, de acordo com o descrito atrás, fazer tábua rasa das tradições. No campo social foram grandes os avanços na educação e na saúde.

A grande conciliação foi o fim da guerra civil, com o acordo assinado em Outubro de 1992, em Roma.

6. O Acordo Geral de Paz e a implementação da democracia representativa

A distensão na cena internacional em finais da década de noventa, em consequência de maior diálogo e entendimento entre as superpotências, vai facilitar os movimentos de aproximação entre os actores políticos da África Austral e do interior de Moçambique. Alguns factos testemunharam-no: Em Janeiro de 1990, o Presidente de Moçambique, Joaquim Chissano anuncia ao país uma nova Constituição, que consagra um sistema de democracia multipartidária e representativa, uma economia de mercado e um sistema judicial independente, constituição essa que seria aprovada em Novembro do mesmo ano; em Março de 1990, O Presidente de Klerk da República da África do Sul, proclama publicamente que não apoia a RENAMO; em Julho do mesmo ano, iniciam-se em Roma conversações entre o governo moçambicano e a RENAMO, com vista ao cessar-fogo e à obtenção da paz no país.¹⁷ O Acordo Geral de Paz foi assinado em 4 de Outubro de 1992

¹⁶ A Constituição de 1990 defende os princípios da liberdade política e da democracia representativa. A Constituição entra em vigor em 200 aprofunda as mudanças operadas em 1990.

¹⁷ Guia do Mundo, Trinova, 2000, pág. 334.

na presença de inúmeros representantes da comunidade internacional, o que revela o interesse mundial na pacificação de Moçambique e daquela área do globo.

O período de reconciliação nacional que se inicia, num novo contexto mundial de ausência de guerra fria, mas com outro cenário de entendimentos políticos entre Estados, gera expectativas de progresso e de criação de ambiente de bem estar em populações longamente fustigadas por guerras: primeiro, a guerra de libertação nacional, depois, a guerra civil.

O mundo dos negócios também estava atento às novas oportunidades que se-lhe-abriam; que, a concretizarem-se, também seriam benéficas para o desenvolvimento do país. O cumprimento do Acordo Geral de Paz, sobretudo em matéria política e de segurança, foi importante para a confiança dos agentes económicos nacionais e internacionais. Assim, em Outubro de 1994, sob a supervisão da Organização das Nações Unidas (ONU), realizaram-se as eleições presidenciais e legislativas, que deram a vitória a Joaquim Chissano e ao partido FRELIMO, ficando a RENAMO em segundo lugar. Em 1999, nas segundas eleições gerais, o cenário repetiu-se; em 2004 também, agora com um novo Presidente, Armando Guebuza, do partido vencedor, FRELIMO.

Podemos inferir que a ausência de programa político por parte da RENAMO durante os anos da guerra civil, contentando-se apenas com o objectivo de forçar mudanças no sistema de governação, foi um factor penalizador nas pugnas eleitorais do pós-guerra; do mesmo modo, as ausências de escrúpulos nas chacinhas ocorridas em algumas localidades criaram um efeito de repulsa em quem as sofreu.

A FRELIMO beneficiou do facto de ter sido uma força atacada e, sobretudo, por ter organizado a luta pela independência do país e nunca se ter aliado, nem que fosse por razões táticas, a nenhum Estado, estrutura política ou militar, inimigos do povo moçambicano. Embora tenha flectido no que respeita à sua ideologia inicial, não abdicou nas questões essenciais do rumo político, como devolver a dignidade ao

povo e criar condições para usufruto da sua riqueza nacional.¹⁸ Refira-se que já em Maio de 1997, em virtude da força negocial do governo da FRELIMO, o Estado português afirma que abdica da barragem de Cahora Bassa e vai privatizar os seus 82%.¹⁹

Além disso, apesar da guerra, os indicadores no domínio social foram favoráveis ao governo, como vimos atrás. A título de exemplo, diga-se que a taxa de analfabetismo reduziu-se em 1997 para cerca de 60%.

Nos anos seguintes à assinatura do Acordo Geral de Paz, na euforia da implementação da democracia representativa, surgem, no espectro político, novos partidos, que, no entanto, manifestam dificuldade em se afirmarem no terreno. Abrem, contudo, um espaço de debate político, o que se afigura positivo para a renovação do país. O confronto de ideias é sempre importante para o progresso de qualquer sociedade.

7. Conclusão

Não sendo Moçambique uma ilha, procurei, primeiro, um enquadramento da problemática da dominação dos países africanos no período da Conferência de Berlim de 1984-85.

A resistência inicial à ocupação estrangeira, teve a sua continuidade, com a luta de libertação protagonizada pelo FRELIMO, a partir de 1964.

Podemos distinguir essencialmente dois períodos, após a independência: o período revolucionário e de guerra civil (de 1975-1992) e o período de conciliação nacional (1992 em diante).

Neste momento Moçambique está em busca dos melhores caminhos para a concretização dos seus ideais políticos. Está a rever o que fez e aquilo que pode fazer, para não perder a sua autenticidade africana.

¹⁸ Sobre este assunto, o discurso do Presidente Samora Machel em 24 de Junho de 1975 é extremamente eloquente.

¹⁹ Guia do Mundo, op. Cit., pág. 335. Em finais de 2005, Portugal e Moçambique formalizaram por acordo a devolução da barragem aos Moçambiquanos.

Moçambique é um espaço aberto economicamente; é igualmente um espaço de abertura no debate de ideias, em busca de soluções para a realização do progresso, o progresso idealizado pelo fundador da FRELIMO, Eduardo Mondlane.

BIBLIOGRAFIA

ABRAHAMSSON, Hans e NILSSON, Anders, *Moçambique em Transição*. Goteborg, Padrin, 1988.

ACORDO NKOMATI, República Popular de Moçambique, 1984.

A NOSSA LUTA É UMA REVOLUÇÃO, Nacionalizações – Moçambique. Lisboa, CIDAC, 1976.

BOAHEN, A. Adu – *Histoire Générale de l'Afrique*, vol. VIII. Paris: UNESCO, 1989.

CADERNOS DO TERCEIRO MUNDO, Abril de 1984, Ano VII, n.º 65.

CLINE, Sibyl W. – *RENAMO, em defesa da democracia em Moçambique*. Washington, 1989.

DAVIDSON, Basil – *Os Africanos*. Lisboa: Ed. 70, 1981.

Decreto-Lei n.º 3966. *Diário do Governo*. 1.ª Série, n.º 110 (54-05-20).

I Encontro dos Ministros responsáveis pela administração eleitoral dos Países Africanos de Expressão Portuguesa e de Portugal – Julho de 1994. Volume IV República Popular de Moçambique, Constituição, Lei Eleitoral e Legislação Complementar. Lisboa, MAI/STAPE/Edições 70.

ENDERS, Armelle – *História da África Lusófona*. Mem Martins, Editorial Inquérito, 1997.

FRELIMO – *História de Moçambique*. Porto, Afrontamento, s/d.

GUIA DO MUNDO, Trinova, 2000.

NUNES, A. J. Avelãs – *Teoria Económica e Desenvolvimento Económico*. Lisboa, Caminho, 1988.

PRINCIPAL LEGISLAÇÃO PROMULGADA PELO GOVERNO DA REPÚBLICA POPULAR DE MOÇAMBIQUE, IV e V VOLUME. Lourenço Marques, Imprensa Nacional, 1977.